

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, NO DIA 11 (ONZE) DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO, NO HORÁRIO DAS DEZOITO E TRINTA HORAS.

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no horário das dezoito e trinta horas, no Salão Nobre “Luiz Ornelas de Podestá”, edifício próprio da Câmara Municipal, sito à Praça São Francisco nº 02, desta Cidade, reuniram-se a Senhorita Elvira Pereira Lemos, contadora da Prefeitura Municipal e Senhorita Vanessa Maria Alves, responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal, os Senhores Vereadores: Clayton Ulisses de Paula, Luís Antônio Abílio, Luiz Carlos Ribeiro, Redno Alexandre da Silva, Ronaldo Roberto dos Reis, Roque Antônio Dias, Vanderlei Aparecido Braga e Vitor Espedito Megda, com ausência do Vereador Juscelino Tereza, devidamente justificada, para realização da Audiência Pública, para demonstração do 1º quadrimestre de 2018, atendendo o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Senhorita Elvira diz que apresentará o resultado do período 1º quadrimestre, o que corresponde aos meses janeiro a abril de 2018, informa que a meta de arrecadação foi a seguinte: receita prevista para o período de foi de nove milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e dois reais; a receita arrecadada neste período foi de nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos; as despesas realizadas neste período foram de dez milhões, novecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos; as despesas pagas neste período chegaram a um valor de sete milhões, setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos; as despesas liquidadas foram de oito milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos. O Vereador Luiz Carlos Ribeiro indaga se esta diferença entre receita prevista e arrecada é devido o atraso de repasses dos Governos. Elvira salienta que sim, basicamente devido os atrasos dos repasses do Estado, diz que o FPM está em dia. Informa que restou um saldo a pagar do ano de 2017 num valor de cento e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos, e um saldo a pagar dos anos anteriores (2013 e 2016) num valor de trezentos e sessenta e sete mil, quatro reais e sessenta e três centavos. Diz ter apurado um superávit entre a receita arrecadada e as despesas liquidadas de quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos. Diz que as primeiras páginas do relatório são demonstrativos da execução das despesas e receita e restos a pagar, é tudo que foi arrecadado e o que foi realizado, demonstrativos que foram enviados ao Tribunal de Contas. A quinta página trata-se do demonstrativo da dívida flutuante para períodos seguintes, ou seja, restos a pagar, totalizando quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e treze centavos. O Vereador Clayton Ulisses de Paula indaga o que seriam estes restos a pagar. Elvira responde que são dívidas com fornecedores, onde as notas estão empenhadas, processadas e por algum motivo ainda

não se pagou. Ou até mesmo acerto com servidores que saíram da Prefeitura e ainda não receberam, ou que faleceram e que ainda está em processo de inventário e não se possui o alvará para execução do pagamento dos valores aos familiares. A sexta página demonstra o índice de 51,31% de gasto com pessoal, lembra que a partir do ano que vem o Tribunal de Contas já informou que não eliminará do percentual apurado, inativos e pensionistas, e a administração terá que se policiar e controlar os gastos com pessoal. A próxima página demonstra os gastos com o ensino através do FUNDEB que está em 53.18%, e o mínimo exigido por Lei é 60%, mas até o final do ano este índice será atingido. A próxima página demonstra gastos com educação com recursos próprios da Prefeitura, com o percentual de 26.28%, gasto este um pouco baixo, necessitando haver um investimento maior através de uma obra, pois existe um programa para ser preenchido chamado SIOP, onde este índice é apurado diferente e quando o percentual gasto no Município é lançado, o mesmo diminui muito quase não alcançando o índice de 25% exigido por Lei e este índice abaixo do exigido acarreta em problemas para o Município, como bloqueio de recursos. Informa que a próxima página trata-se de um resumo dos gastos com saúde, que é de 20.57%, índice este acima do exigido por Lei. E a última folha demonstra a dívida fundada junto a Receita Federal, diz que ainda não foi feita a consolidação da dívida e por isso não tem como apresentar o parcelamento que foi negociado junto a Receita, diz que o Município vem pagando as parcelas mensalmente e neste período já foram pagos vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e dezesseis centavos, e o INSS mensal descontado da folha dos servidores e percentual patronal estão sendo pagos rigorosamente em dia também. Nada mais havendo para tratar, para constar o Sr. Presidente agradece a presença de todos a mais esta Reunião de Audiência Pública Quadrimestral e encerra a presente.

Adriano Lange Dias

Clayton Ulisses de Paula

Juscelino Tereza

Luís Antônio Abílio

Luiz Carlos Ribeiro

Redno Alexandre da Silva

Roque Antônio Dias

Vanderlei Aparecido Braga

Vitor Espedito Megda

OBSERVAÇÃO: _____

ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.

